

Editorial

Educação, Cidadania e Inclusão

A Escola deve permitir que todos os/as cidadãos/ãs beneficiem de uma educação de qualidade, promovendo a aquisição de conhecimentos e competências necessárias para a inclusão, cidadania ativa e realização pessoal. Contudo, as desigualdades na educação persistem, sobretudo para os alunos provenientes de contextos socioeconómicos pobres, famílias imigrantes ou minorias étnicas, sendo que as crianças e jovens com deficiência estão entre os grupos mais vulneráveis. Neste contexto, precisamos de sistemas educativos mais inclusivos e equitativos, mais eficientes e, simultaneamente, com uma oferta educativa de qualidade.

O postulado nas Declarações dos Direitos Humanos, dos Direitos da Criança e dos Direitos das Pessoas com Deficiência implica o compromisso de não se excluírem crianças, jovens ou adultos porque são diferentes ou porque têm dificuldades; implica antes superar essas dificuldades por meio de práticas baseadas na evidência, tendo as Instituições de Ensino Superior um papel de relevo na sua disseminação, criando dinâmicas de partilha de conhecimento que promovam a sensibilização para estas matérias. A ESE-IPP tem, desde sempre, investido na formação inicial, contínua e especializada de profissionais de educação e de intervenção social, bem como na formação pós-graduada nos domínios abordados neste número temático, de que são exemplo os nossos mestrados em Educação Pré-escolar, Educação e Proteção de Crianças e Jovens em Risco e, mais recentemente, em Educação Especial.

Página | 1

Neste âmbito, este número da revista *Aprender* é dedicado às temáticas da Educação, Cidadania e Inclusão e procura ser um contributo para a disseminação de saberes, publicando estudos e projetos que incidem nos três domínios referenciados. Assim, os artigos selecionados abordam tópicos que versam a educação parental e a intervenção precoce, o abandono escolar precoce, a dimensão educativa e social das universidades da terceira idade; a educação para a cidadania, a igualdade de oportunidades de género, as praxes académicas como meio de integração ou de humilhação; os recursos digitais para uma educação inclusiva, a liderança dos diretores de agrupamentos em prol da escola inclusiva, e a intervenção centrada na pessoa face à legalidade das necessidades educativas especiais.

Acreditamos que os contributos dos autores e das autoras, aqui apresentados, possibilitam uma leitura reflexiva e promotora de uma ação que aposte na diferenciação como elemento de educação, de cidadania e de inclusão e que abra caminhos para uma hodiernidade e futuro mais igualitários e equitativos.

Amélia Marchão

Elisabete Mendes